



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 19 Nº 04
Abril de 2010

As taxas de juros vão subir? Por quê?

A depender do indexador eleito (IGP-DI, INPC, IPCA, etc.), a taxa básica de juros real brasileira praticada ao longo dos últimos 12 meses variou entre 7% e 4% ao ano. Qualquer resultado nos mantém entre as três economias com as mais altas taxas de juros do mundo. E, como, no Brasil, as taxas de mercado são muito mais elevadas que a taxa básica, poucas empresas conseguem financiar seu capital de giro pagando menos do que 50% ao ano; taxas usurárias em qualquer país desenvolvido ou em rápido desenvolvimento.

Não obstante, de acordo com o **Relatório Focus**, do Banco Central (Bacen), os analistas de mercado projetam que a taxa Selic será elevada paulatinamente nos próximos meses, reforçando o aumento das taxas bancárias já iniciado, em março, com as novas alíquotas do compulsório. Por quê?...

Em primeiro lugar, porque as expectativas sobre a inflação futura vêm crescendo, nos últimos meses, em função da recuperação dos preços internacionais das *commodities*. As novas expectativas já se refletem nos índices de inflação domésticos dos últimos dois meses.

Em segundo lugar, aprofundam-se as pressões sobre o câmbio. Entre 2005 e 2009, o saldo comercial anual caiu de US\$ 46,5 bilhões para US\$ 25,3 bilhões; enquanto o déficit em rendas se elevava de US\$ 25,9 bilhões para US\$ 33,9 bilhões, e o déficit em serviços crescia de US\$ 8,3 bilhões para US\$ 19,1 bilhões. A elevação dos juros torna-se, assim, essencial para atrair o volume de (*hot money* na conta) capital necessário para compensar o déficit em transações correntes sem desvalorizar o real.

Mas — pergunta-se — por que impedir a desvalorização do real? O câmbio não é “livre”?... Não, a despeito do que pretendem as autoridades monetárias, o câmbio não é livre no Brasil, mas prisioneiro da taxa de juros. E o Bacen vai usar o juro para atrair dólares e impedir a flutuação do real. Porque, se o real se desvalorizasse ao mesmo tempo em que sobem os preços das *commodities* em dólar, as pressões inflacionárias externas se tornariam incontroláveis.

O que fica por perguntar é: o Governo será bem-sucedido?... Se reduzirmos nossa medida de “sucesso” à manutenção da taxa de inflação em torno da meta anual de 4,5%, a resposta é: sim, terá sucesso. O Brasil conta com reservas suficientes para tranquilizar o especulador externo e já se consolidou como um dos principais fornecedores de *commodities* para a locomotiva China. Não recai suspeita sobre a solvabilidade do País. E nenhum outro país do mundo está ofere-

cendo ganhos reais tão auspiciosos no mercado financeiro. De forma que o *hot money* vai ingressar travestido de “investimentos diretos” através de empréstimos inter-com-panhias ou de outros tantos subterfúgios.

Não obstante, essa política carrega um custo enorme. Na verdade, ela apenas freia o crescimento e adia um ajustamento que terá de ser feito mais cedo ou mais tarde. Afinal, o saldo comercial vem diminuindo justamente porque o câmbio vem deprimindo nossa competitividade em manufaturados e semimanufaturados. A pressão é tal que mesmo empresas brasileiras que atuam em mercados onde nossa competitividade é estrutural (como a agroindústria de carnes, por exemplo) começam a deslocar parte de suas operações produtivas para o exterior. Simultaneamente, a política de financiar nossos déficits em transações correntes com atração de capital externo pela elevação dos juros internos tem-se refletido nos crescentes déficits na conta rendas. Só a alínea Remuneração dos investimentos diretos apresentou déficits de US\$ 20 bilhões nos últimos dois anos. E esses déficits vêm crescendo, de forma contínua, a uma taxa média de 9,44% ao ano de 1990 para cá.

Os que defendem a atual estratégia do Bacen pretendem que não haja alternativas: ou elevamos os juros, ou teremos inflação. O que é o mesmo que dizer que a inflação só pode ser controlada pela exposição da indústria interna à concorrência externa.

Do nosso ponto de vista, toma-se, aqui, a nuvem por Juno. A concorrência é condição *sine qua non* do controle inflacionário. Afinal, só a concorrência pode impor que os (crônicos) ganhos de produtividade capitalistas sejam socializados através da queda dos preços. Mas a concorrência não precisa ser externa.

A China subvaloriza o yuan, vem crescendo a uma taxa média anual de 9,86% no último quarto de século e mantém a inflação sob controle, impondo árdua concorrência entre empresas públicas, empresas privadas nacionais e estrangeiras, cooperativas e setor informal (“pirataria”). No Brasil, ao contrário, as grandes empresas são protegidas da concorrência por inúmeros instrumentos de política industrial; enquanto os agricultores, os setores intensivos em mão de obra e as empresas industriais que não alcançam internacionalizar-se são expostas à concorrência cambial. Sem dúvida, há distintas concepções de “sucesso”.

Carlos Águedo Paiva (FEE/CEES)

Urbanização das metrópoles brasileiras no século XXI

Em 2008, pela primeira vez, a população mundial das cidades superou o contingente de habitantes do campo. No Brasil, em 1970, cerca de um terço da população vivia em zonas urbanas. Já em 1980, este era o percentual de população rural, ocorrendo uma inversão da participação da população urbana e da rural em relação ao total. De acordo com a PNAD, a taxa de urbanização no Brasil foi de 83,8% em 2008. Nas regiões metropolitanas brasileiras, no mesmo ano, mais de 90% dos habitantes residiam em zonas urbanas. A concentração populacional nessas regiões é grande: no Rio de Janeiro, 73,4% da população do Estado estão na região metropolitana; já para São Paulo, a porcentagem é de 47,9%; para o

Rio Grande do Sul, com população estimada em 10,8 milhões, 37,1% dela, isto é, em torno de 4 milhões, vivem na Região Metropolitana de Porto Alegre. A constante urbanização gera grandes desafios em termos de infraestrutura, meio ambiente, moradia, transporte, emprego, etc. Uma pesquisa realizada pela empresa Synovate, em 2008, com moradores de capitais brasileiras, indicou que 51% não estavam satisfeitos com a qualidade de vida na sua cidade. O principal motivo apontado foi violência (79%), seguido por trânsito (51%), transporte público e desemprego (38%), lixo (29%), qualidade do ar (23%), falta de áreas verdes (17%) e barulho (11%).

População residente total e urbana, taxa de urbanização e participação da população das regiões metropolitanas em relação ao estado, ao Brasil e às regiões metropolitanas — 2008

BRASIL E REGIÕES METROPOLITANAS	POPULAÇÃO RESIDENTE (1 000 pessoas)		TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO (%)
	Total	Urbana		
Brasil	189 953	159 095	83,8	-
Região Metropolitana de Belém	2 090	2 033	97,3	28,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 054	5 004	99,0	25,4
Região Metropolitana de Curitiba	3 225	2 925	90,7	30,4
Região Metropolitana de Fortaleza	3 529	3 427	97,1	41,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 026	3 790	94,1	37,1
Região Metropolitana de Recife	3 737	3 641	97,4	42,7
Região Metropolitana de Salvador	3 716	3 645	98,1	25,5
Região Metropolitana de São Paulo	19 509	18 632	95,5	47,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 513	11 439	99,4	73,4

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Marilene Dias Bandeira (FEE/CEES)

A saúde pública ainda é o principal desafio do milênio

O Projeto do Milênio da ONU, para alcançar a redução da pobreza, da extrema pobreza e da fome no mundo até 2015, recomenda uma estratégia global, usando as metas determinadas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que, ao abarcar uma série de direitos sociais imprescindíveis da atualidade, pode ser considerada uma Agenda Social. Dessa forma, torna-se o maior instrumento de políticas públicas posto a serviço da sociedade civil e do planejamento em diferentes esferas administrativas: do País, dos estados e dos municípios.

A Agenda Social foi identificada através de sete objetivos, nove metas e 18 indicadores representativos nas áreas de renda, educação, saúde, meio ambiente e igualdade de gênero.

Construídos para o Brasil e para o RS, foi constatado que o País apresenta a classificação Avanço Lento ou Nenhuma Mudança ou Mudança Negativa para seis metas e 12 indicadores, enquanto, para o Estado, seis metas e 11 indicadores estão categorizados da mesma forma. Isso indica que, em renda, saúde, saneamento e desigualdade de gênero, não deverão alcançar, caso persista esse desempenho, as metas almejadas para 2015. Significa dizer que, na Agenda Social, essas seis metas estão correlacionadas à área da saúde, incluindo os indicadores de baixo peso ao nascer (extrema pobreza e a fome) e da proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial (sustentabilidade ambiental).

Redução da pobreza e as metas do milênio até 2015 no Brasil e no Rio Grande do Sul: objetivos, metas e indicadores na área da saúde e do saneamento

OBJETIVOS	METAS	RS	BR
Erradicar a extrema pobreza e a fome	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	NMMN	AL
Reduzir a mortalidade infantil	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade crianças menores de cinco anos.	AL	AL
Melhorar a saúde materna	Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	NMMN	NMMN
Combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças	Até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS. Reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015.	NMMN	NMMN
Garantir a sustentabilidade ambiental	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.	AL	AL

FONTE: FEE/CIE/NIS.

NOTA: 1. As categorizações Avanço Lento (AL) e Nenhuma Mudança ou Mudança Negativa (NMMN) indicam que não alcançarão as metas do milênio até 2015.

2. Os dados referem-se ao período de 1991 a 2005.

Hélio Puig Gonzalez (FEE/CIE)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-fev./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,7	-4,8	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,2	1,4	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-2,0	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,8	2,6	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,5	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	110,0	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	113,9	0,1	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	72,9	14,8	111,2	-2,4	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	70,3	11,4	110,1	-1,0	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	66,9	9,3	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,9	8,5	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,8	9,6	113,3	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,5	6,7	110,5	-2,5	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,7	-2,7	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,5	-15,7	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	60,1	-14,3	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	61,5	-17,3	144,8	18,0	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	62,6	-14,4	117,8	-18,6	165 388
Fev./10	-	-	-	4,8	8,75	-	-	-	-	161 879

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,31	2,57	-2,26	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,05	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,62	2,56	-1,94	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,94	2,54	-1,60	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,54	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-0,97	2,56	-1,59	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,52	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,51	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,7	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	25,9	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,6	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,6	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,1	-1,22	2,51	-1,28	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,88	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,18	2,16	-0,98	221 629	281 842
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,57	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,4	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,06	42,9	118,24	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,3	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 565
Jan./10	-2,32	41,7	113,67	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,8	-1,55	1,52	-0,04	240 484	279 083
Fev./10	-	-	-	-	-	83,1	-17,8	-20,5	-1,66	1,52	-0,14	241 082	281 728

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 04

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./07-fev./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,40	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,50	90,04	953,61
Dez./07	5,7	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,90	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,30	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,18	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,00	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,05	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,90	92,09	964,44
Abr./08	-	120,92	107,60	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,10	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,80	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,20	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,70	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,60	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,50	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,50	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,30	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,80	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,00	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,40	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,70	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,40	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,60	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,80	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,10	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,50	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,30	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,10	101,90	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,30	101,58	-
Dez./09	6,0	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,50	101,06	-
Jan./10	-	98,69	120,93	120,93	770,3	356,8	185,6	1 487,60	101,58	-
Fev./10	-	-	-	-	598,5	269,2	118,0	1 096,30	102,41	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./07-fev./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 171	1 182	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 176	1 182	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 203	1 206	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 166	1 164	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 138	1 134	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 121	1 133	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 151	1 162	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 183	1 202	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 206	1 220	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 208	1 227	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 218	1 224	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 223	1 227	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 224	1 223	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 217	1 223	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 199	1 195	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 210	1 193	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 231	1 217	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 240	1 240	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 222	1 236	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 202	1 214	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 226	1 215	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 240	1 233	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 248	1 227	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 235	1 232	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 263	1 250	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 237	1 233	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 250	1 255	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 223	1 220	-	-	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	-	-	-	-	875 005

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jan./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Mudança no perfil da produção de máquinas agrícolas no RS

A fabricação de tratores e colheitadeiras em 2009 foi duramente afetada pela crise financeira internacional. O ano iniciou com estoques elevados, queda drástica na produção, demissões e forte recuo nas exportações, situação que foi apenas parcialmente revertida nos meses subsequentes, pelo dinamismo do mercado interno centrado nas vendas de tratores de pequeno porte.

Dois fatores sustentaram a retomada das vendas nesse segmento: (a) a criação de programas governamentais (Brasil e alguns estados), facilitando a aquisição de tratores de baixa potência (até 75cv) para produtores no âmbito da agricultura familiar; e (b) o lançamento da linha de crédito Finame Agrícola-Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com juros reduzidos, zero de entrada, dois anos de carência e prazo de financiamento de até 10 anos, que estimulou o acesso à tecnologia dos pequenos agricultores de menor poder aquisitivo, excluídos da agricultura familiar.

Os efeitos dessa mudança no perfil da venda de tratores fizeram-se presentes na estrutura de produção de máquinas agrícolas no Rio Grande do Sul, e o ano de 2009 pautou-se por crescimento e ganho de participação significativo do segmento produtor de tratores pequenos em detrimento, principalmente, dos de porte médio.

As perspectivas para 2010 são de uma reversão dessa tendência. É esperada uma recuperação da produção e vendas de máquinas agrícolas de maior porte, captando os investimentos dos grandes produtores de soja e de cana-de-açúcar, que adiaram suas compras por conta da crise financeira mundial. Essa retomada deverá, também, reverter a diminuição da potência média da frota de tratores decorrente do forte acréscimo de unidades de pequeno porte.

Produção de tratores e colheitadeiras no Rio Grande do Sul — 2008 e 2009

DISCRIMINAÇÃO	2008		2009		Δ% $\frac{2009}{2008}$
	Número de unidades	Participação %	Número de unidades	Participação %	
Tratores	35 027	88,33	29 322	92,42	-16,29
Pequenos	19 774	49,87	21 191	66,79	7,17
Médios	14 610	36,84	7 658	24,14	-47,58
Grandes	643	1,62	473	1,49	-26,44
Colheitadeiras	4 626	11,67	2 405	7,58	-48,01
Total do RS	39 653	100,00	31 727	100,00	-19,99
Percentual do RS na produção brasileira	52,93	-	53,47	-	1,02

FONTE: Anfavea.

Silvia Horst Campos (FEE/CEES)

Biocombustíveis, uma porta que se abre dentro do poderoso mundo do petróleo

O Presidente da Petrobrás, em entrevista concedida ao jornal **O Globo**, em junho de 2009, disse que o Brasil saltará dos atuais 2,4 milhões de barris por dia para 5,7 milhões de barris por dia até 2020. Tal expansão significa pesados investimentos para atender à exploração do Pré-sal, inclusive em novas refinarias, com perfil para produzir proporcionalmente mais diesel, GLP, querosene de aviação, dentre outros, e menos gasolina, que sofre com o crescimento da demanda interna do álcool hidratado, em função da preferência constatada por veículos *flex*, 6,1% ao ano, muito acima da média da demanda total (3,6% ao ano para o período de 2020-30), em substituição à gasolina, cujo desempenho estará abaixo da média.

A Petrobrás, por seu turno, aumentará sua demanda por biocombustíveis, ao processar o H-Bio, com crescimento de

6,6% ao ano no período, que é uma mistura de diesel de petróleo e óleos vegetais em suas refinarias, além do biodiesel, com crescimento esperado para 7,9% ao ano, que é outra mistura, preparada a partir de óleos vegetais, fora das refinarias, com o diesel de petróleo, que terá um desempenho abaixo da média.

Assim, esses biocombustíveis terão impacto crescente na demanda interna da matriz energética brasileira em 2010-30.

Por outro lado, o Brasil aposta na crescente participação do petróleo e dos biocombustíveis na composição de sua oferta de energia, gerando um excedente, o que sinaliza uma porta aberta para o mercado interno em grande expansão e outra para o promissor mercado externo.

Demanda total (intermediária mais final) do Brasil — 2010, 2020 e 2030

ENERGÉTICOS	2010	2020	2030
Primários não renováveis	156 561	219 980	318 148
Primários renováveis	131 790	214 290	299 042
Secundários não renováveis	102 298	149 870	157 989
Eletricidade — fontes renováveis	32 300	47 204	71 206
H-Bio	1 788	4 253	6 414
Biodiesel	2 639	4 870	12 107
Álcool-anidro	3 800	5 107	6 863
Álcool hidratado	7 184	16 861	23 617
Carvão vegetal	6 948	8 063	9 358
Secundários renováveis	54 658	86 359	129 564
DEMANDA TOTAL	445 307	670 499	904 743

(1 000 tEP)

FONTE: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Balanco Energético Nacional 2008**: ano base 2007. Rio de Janeiro: EPE, 2008. 244p.

NOTA: A demanda total exclui a demanda externa.

Jaques Bensussan (FEE/CEES)

Repercussões da crise internacional sobre a economia brasileira

A grave crise financeira internacional revelada no terceiro trimestre de 2008 afetou forte e imediatamente o mercado internacional de bens, interrompendo a trajetória firme de expansão das exportações observada desde, pelo menos, o início do ano de 2005. Depois de haver crescido a 20,9% no quarto trimestre de 2007 e a 24,4%, 28,4% e 23,0% nos primeiros três trimestres de 2008, o valor das exportações caiu 11,8% no trimestre subsequente e despencou nos dois primeiros trimestres de 2009, na razão de 31,2% e 33,2% (considerando-se os respectivos trimestres dos anos anteriores). Nota-se uma pequena recuperação nos últimos meses de 2009, mas, no mês de janeiro de 2010, o valor das exportações voltou a reduzir-se.

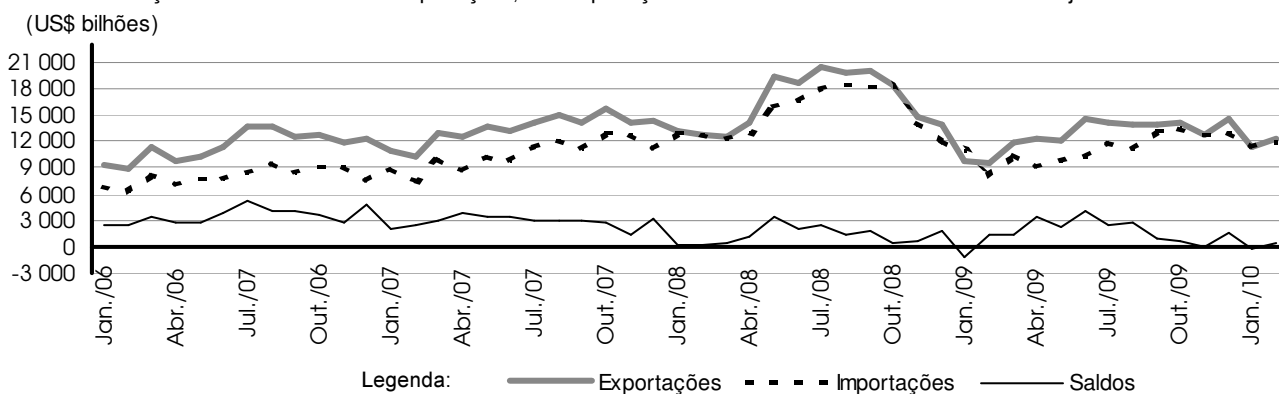
Esse quadro geral reflete a situação do comércio internacional dos países em geral, independentemente de se caracterizarem como fornecedores de matérias-primas ou de bens manufaturados. Chile, Brasil e Argentina, enquadrados no primeiro caso, e Alemanha, Estados Unidos e Japão, no segundo, tiveram queda acentuada nas exportações. Não obstante isso, países desenvolvidos (USA e Japão) e em desenvolvimento (China, Índia e Coreia), mas que apresentam perfis exportadores concentrados em manufaturas, retomaram o crescimento das vendas mais rapidamente que os exportadores de básicos, ou de produtos intensivos em recursos naturais (Brasil e Argentina).

No que diz respeito ao Brasil, foram intensos os efeitos da retração da demanda externa sobre a balança comercial e o setor industrial.

A crise internacional levou à redução dos saldos da balança comercial do País, em um contexto, ressalte-se, de deterioração progressiva e acentuada dos mesmos, que já vinha ocorrendo desde julho de 2006. Tal situação esteve associada de forma importante ao crescimento das importações e, portanto, a fatores endógenos à economia brasileira (como a apreciação do real), de modo que as quedas dos saldos não podem ser atribuídas apenas à crise e à lenta recuperação da economia mundial após outubro de 2008.

Outro setor que foi fortemente impactado pela redução da demanda mundial foi a indústria brasileira. Dados o aumento de sua exposição ao mercado externo em períodos antecedentes à crise, o grau de encadeamento dos segmentos industriais exportadores aos produtores de matérias-primas e bens intermediários (verticalização da produção), bem como a elevada participação destes últimos na produção final exportada, a queda das vendas externas derrubou a produção industrial como um todo e vem dificultando a sua recuperação. Estima-se que, entre o terceiro trimestre de 2008 e o de 2009, a queda das exportações totais foi responsável por 63,2% da redução da produção industrial. Desse total, o impacto das exportações diretas foi de 37,2%, e o das indiretas, de 26% (BNDES, Visão do Desenvolvimento, n. 75).

Evolução do valor mensal das exportações, das importações e dos saldos do comércio no Brasil — jan./06-fev./10



FONTES: WTO.
Secex-MDIC.

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.03.10).
ISSN 1517-7254

A *Carta de Conjuntura* FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flór Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.